



História da Historiografia: International
Journal of Theory and History of
Historiography

E-ISSN: 1983-9928

historiadahistoriografia@hotmail.com

Sociedade Brasileira de Teoria e História
da Historiografia

de Araujo, Valdei Lopes

Entrevista com Lucia Maria Paschoal Guimarães

História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography,
vol. 2, núm. 3, septiembre, 2009, pp. 237-258

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597770281020>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Entrevista com Lucia Maria Paschoal Guimarães

Interview with Lucia Maria Paschoal Guimarães

Valdei Lopes de Araujo

Professor Adjunto
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
valdeiaraujo@ichs.ufop.br
Rua do Seminário, s/n - Centro
Mariana - MG
35420-000
Brasil

237

Enviado em: 27/10/2009
Autor convidado

Pesquisadora das mais atuantes no campo da História da Historiografia, a Professora Lucia Maria Paschoal Guimarães, do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, possui inúmeros trabalhos nos quais podemos encontrar uma instigante interseção entre história política, das instituições e da vida intelectual. Suas pesquisas sobre o IHGB pioneiramente avançam sobre o Instituto para além de sua conjuntura oitocentista, apontando para uma nova e imensa fronteira de problemas ao longo da vida republicana da casa da “memória nacional”. Nessa entrevista, um ensaio de ego-história e de memória do próprio “fazer história”, Lucia Guimarães generosamente nos relata momentos fundamentais de sua formação como pesquisadora, além de refletir sobre problemas teórico-metodológicos da escrita da história. Além disso, Lucia Guimarães nos fala sobre os contextos de produção de suas pesquisas e os problemas e inquietações que orientaram e orientam sua agenda de investigação.

Ao oferecer esse espaço de conversa entre leitor e autor, entre historiadores de diversas gerações, a entrevista torna-se uma situação privilegiada não apenas para a formação de uma “memória” disciplinar, mas também como uma espécie de cápsula do tempo que entregamos modestamente ao futuro, sem temor ou esperança.

**

238

Valdei Araujo: Lucia, de início gostaria que você nos falasse um pouco sobre os seus anos de formação.

Lucia Guimarães: Eu fiz o ginásio e o curso normal no Instituto de Educação, aqui do Rio, como boa parte das moças de classe média, do final da década de sessenta. Fui professora primária e dei aulas durante quatro anos. O Instituto era considerado um dos melhores colégios femininos do Brasil. Tanto assim que não fiz cursinho pré-vestibular. Quando eu saí do Instituto prestei exame direto para o curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia, a atual UFRJ, e passei. Resolvi cursar História, influenciada, sobretudo por *Vicente Tapajós*,¹ que foi meu professor no Instituto de Educação, e que dava aulas magníficas, com mapas, desenhos, esquemas. Por isso, quando eu ouço, às vezes, as pessoas falarem de ensino de história tradicional, de nome e data, eu me lembro de certos professores do Instituto de Educação, como é o caso do Vicente Tapajós. Já naquela época ele trabalhava com linhas de tempo, cronologias comparadas, problemas históricos. Abordagens que só ouviríamos falar muito tempo depois.

¹ Nascido em Petrópolis em 1917, foi professor por mais de 50 anos, atuando nos diversos níveis do ensino. Lecionou no Colégio Pedro II, no Instituto de Educação, na UFRJ, no Instituto Rio Branco, dentre outras instituições. Foi assessor de história da TVE e da TV Rio. Possui uma ampla e diversificada obra historiográfica, tendo também sido autor de livros didáticos. Membro do IHGB desde 1984, do qual foi presidente entre 1992 e 1995. Faleceu em fevereiro de 1998.

Valdei Araujo: Você entra na faculdade então para ser Professora, era essa a expectativa?

Lucia Guimarães: Não tinha outra possibilidade. Havia curso bacharelado e curso de licenciatura, como hoje. Apesar de eu ter feito os dois, a oportunidade que se apresentava era o ingresso no magistério. Embora, e isto é uma coisa interessante, a minha primeira experiência de pesquisa foi na graduação, com a Professora *Maria Yeda Linhares*, que ainda não tinha sido cassada. Junto com *Bárbara Levi* a professora Yeda desenvolvia um projeto sobre a população nas paróquias do Rio de Janeiro.

Valdei Araujo: E quando é esse seu período de graduação?

Lucia Guimarães: Eu entrei para faculdade em 1967. Em 1968, as duas começaram o projeto, que compreendia um estudo demográfico sobre casamentos, batizados, óbitos nas paróquias do Rio de Janeiro. Trabalhei com elas algum tempo, fiquei encarregada dos registros da paróquia de São José no centro da cidade. Mas, o projeto não teve continuidade porque elas foram cassadas. Apreendi muita coisa com elas. Inclusive, lembro-me de que naquele ano, 1968 ou o início de 69, *Albert Soboul*, que era o papa da história quantitativa, apesar de marxista, esteve no Brasil e fez duas conferências. E eu fui assisti-lo. Até para entender melhor os objetivos daquele projeto.

239

Valdei Araujo: Você já sabia francês naquela época como formação básica de colégio ou algo de família?

Lucia Guimarães: Não, eu tinha alguma noção, porque quando menina eu morei na França, em Marseille. Meu pai, *Maurício Paschoal*, é oficial da Marinha. Ele passou um período lá, servindo, e a família o acompanhou. Eu tinha seis, sete anos. Lá aprendi a falar o básico. Aliás, mais tarde, primeiro eu estudei na Cultura Inglesa, depois é que eu fui para a Aliança Francesa. Mas tem uma coisa interessante, o curso de francês, no ginásio do Instituto de Educação, era tão bom que muita coisa que depois eu fui ver na Aliança Francesa eu já sabia. Olha só o sinal dos tempos, o ensino de inglês não era tão bom, já o de francês era excelente. E naquela ocasião nós estudávamos latim, também. Acho que eu fui da última turma que estudou latim. Qual era a oportunidade que eu tinha, senão o magistério? Então, depois de concluir a faculdade, eu fiz concurso para professora de Ensino Médio. Aquela matrícula que era de professora primária migrou para o ensino médio do então estado da Guanabara. E eu me lembro que em 1973-1974, a UFRJ abriu um curso de especialização de História do Brasil que tinha por objetivo preparar para o Mestrado.

Não havia curso de mestrado aqui no Rio naquela época. Só em Niterói, na Federal Fluminense, em História Agrária e em História da América, se não me engano. Nenhum desses dois campos me interessava, ou me atraíam. Fiz esse curso [especialização] e no final houve uma tremenda confusão porque ao fim

e ao cabo ele não seria reconhecido. Era no tempo do *Eremildo Viana*. De qualquer modo, eu sei que durante o tal curso eu encontrei duas pessoas que iriam exercer grande influência na minha carreira, uma foi *Célia Freire*. Se sou professora de Teoria hoje é por causa dela. Ela tinha vindo da França, havia sido aluna de *Fernand Braudel*. Suas aulas eram instigantes. Formulava problemas para que resolvêssemos. A outra figura a quem devo muito foi o saudoso professor *Fernando Sgarbi Lima*.²

O currículo de história da UERJ havia sido alterado e eu já dava aula aqui de História da Educação. Entre as mudanças efetuadas, introduziu-se a disciplina historiografia – geral e do Brasil. Aliás, isto eu narrei naquela conferência que fiz no ano passado, no Seminário Nacional de História da Historiografia Brasileira. A disciplina se institucionalizou, sendo aprovada pelo Comitê Internacional de Ciências Históricas. O professor *Sgarbi*, sempre muito atualizado, propôs as duas disciplinas no novo currículo da UERJ. Isso por volta de 1976 ou 1977. Eu tenho guardados os esboços dos primeiros programas das duas disciplinas Historiografia geral e Historiografia do Brasil, manuscritos preparados pelo professor *Sgarbi*. Bela recordação. Até digitalizei, agora estão no computador. O professor *Sgarbi* estava procurando alguém que ministrasse essas aulas junto com ele. E eu era sua aluna no curso de especialização. Mas foi a *Célia Freire* quem me indicou para ele, afirmando que eu era boa aluna em Teoria.

Valdei Araujo: E o que vocês discutiam nesses campos? Você falou da influência da *Célia Freire* e do *Sgarbi*, citou obviamente os franceses, mas quais eram os problemas, os debates. Os *Annales* já eram referência?

240

Lucia Guimarães: Na verdade os *Annales* não entravam tanto assim. O que havia mesmo eram perspectivas marxistas. E aí lia-se desde o *Maurice Godelier*, até as primeiras obras de *Eric Hobsbawm*, que ainda não tinham sido traduzidas no início de 70, mas que eram vendidas em uma livraria especializada em publicações espanholas, na Rua Senador Dantas. Todo mundo comprava, nós tínhamos *As revoluções burguesas*.

Valdei Araujo: Como você percebia a repressão política dentro da Universidade nesses anos de Ditadura?

Lucia Guimarães: Muito forte no meu primeiro e segundo anos da faculdade. Eu comecei o curso na antiga Faculdade Nacional de Filosofia, na avenida presidente Antônio Carlos, no prédio ao lado da Maison de France. A faculdade foi extinta e criado o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, quando fomos para um prédio na Rua Marquês de Olinda; por lá ficamos cerca de dois

² Fernando Sgarbi Lima doutorou-se pela UFRJ com a tese "Fundamentos históricos do espírito capitalista". Foi diretor do Colégio de Aplicação da UERJ. Para a revista Tempo Brasileiro, no volume sobre "Novo Humanismo", de 1983, publicou o artigo "O ocaso do paradigma e o fantasma do cientificismo". Responsável pelo volume sobre a organização do Ministério da Agricultura no Império na coleção "História Administrativa do Brasil", coordenada por Vicente Tapajós. Pela Unesp, em 1981, publicou o ensaio "O historiador e o presente: tempo histórico e outros tempos", exemplo de sua preocupação constante com a reflexão historiográfica.

anos. No meu último ano de curso, o IFCS foi transferido para antiga Escola de Engenharia, no Largo de São Francisco, onde ainda se encontra. Então, nos dois primeiros anos eu acho que foi muito difícil. Nós corríamos muito da polícia. Agora, no final da faculdade eu acho que já não se percebia tanto. Quem me dava aulas ótimas, seguindo abordagem marxista, sobre descolonização era o Professor *Francisco Falcon*. Eu até mostrei a ele uma vez as anotações de uma aula que eu copiara. Eu acho que a repressão foi mais forte nos anos de 68 e 69, mas depois diminuiu, ou quem sabe se tornou menos visível, ou talvez porque as principais lideranças estudantis já tivessem deixado o país...

Valdei Araujo: Mas também algumas pessoas mais envolvidas com a militância foram cassadas, afastadas e houve alguma estabilização?

Lucia Guimarães: Mas repare, o Professor *Falcon* seguia o viés marxista. Ele era assistente da Professora *Maria Yeda Linhares*. Bom, vamos ver agora do que estava se falando... Ainda não havia uma influência tão forte de Annales quanto se diz. Até porque quem estava trazendo isso da França estava chegando naquele momento. A *Célia Freire*, por exemplo, e o pessoal da USP. A *Célia* tinha sido inclusive orientada pelo *Eurípides Simões de Paula* no doutorado dela. Depois ela fez doutorado de estado na França, orientada pelo *Braudel*. As linhas mestras eram as temporalidades de *Braudel*, a História Demográfica, a História Quantitativa, a importância dos métodos estatísticos. Lembro que eu estudei com a *Célia* um texto de *Jean Meuvret* sobre a econometria retrospectiva. Isto se discutia naquela ocasião. Mas, na prática o que era mais utilizado? Aqui no Rio de Janeiro, o *Nelson Werneck Sodré*, mas também se lia *Godelier*. No meu modo de ver aqui aparecem as duas vertentes de viés marxista da historiografia brasileira. No Rio de Janeiro o nome é o *Nelson Werneck*, em São Paulo é o *Caio Prado*. Eu acho que essa bifurcação tem que estar clara para nós.

Continuei a estudar na pós-graduação, pois o curso de especialização, conforme disse, não deu certo. Foi criado o Mestrado na UFRJ. Na ocasião fiquei muito desapontada porque eles não aproveitaram os meus créditos da especialização. Validaram apenas os créditos daqueles alunos que já eram professores da Federal. O professor *Sgarbi* chegou a conversar com a coordenadora do mestrado, a professora *Eulália Maria Lahmeyer Lobo* a respeito do meu caso, mas não aproveitaram nenhum crédito mesmo, por isso tive que fazer a prova de seleção de novo.

Valdei Araujo: E a organização desse momento já pressupunha a escrita de um trabalho final? Você chegou a escrever algo?

Lucia Guimarães: No curso de especialização eu fiz para a *Célia Freire* um trabalho de História Quantitativa, sobre as *rotas do açúcar e do ouro*. Não se tratava de uma pesquisa de fôlego, com fontes primárias. Apenas um estudo que tomava como modelo o de *Victorino Magalhães Godinho*.

Valdei Araujo: E os temas pesquisados? Quando se fala em pesquisa nessa época há certo predomínio de história colonial, ao menos o trabalho do *Amaral Lapa* parece apontar isso.

Lucia Guimarães: Na minha turma depois de mestrado, lembro-me que *Norma Musco*, era minha colega, hoje professora da UFRJ, foi para a área medieval. Daquele grupo, a *Ana Maria Moura* estudou século XIX, a *Marilene Rosa*, também era da turma, pesquisava escravidão, mas eu não tenho uma noção muito clara hoje do que todos faziam. Havia pessoas estudando colônia, mas também já havia aqueles que estudavam o Império. Inicialmente eu pretendia fazer o mestrado sob a orientação da *Célia Freire*. Mas ela viajou para a França e eu escolhi como orientadora a *Maria de Lourdes Viana Lyra*. Escrevi então minha dissertação sobre a Sociedade Defensora, um trabalho que estou ainda devendo para publicação.

Valdei Araujo: E porque sobre a Defensora naquele momento? Já é um tema de História Política, não?

Lucia Guimarães: Tem certas questões que os grandes esquemas analíticos não conseguem explicar. Os grandes esquemas analíticos jamais conseguiram explicar porque a república não se instaura no período regencial, após a Abdicação. O problema é esse. Eu me lembro que esse problema me foi colocado pela *Célia Freire*. A questão que me instigava era saber o porquê de a República não ter sido proclamada em 1831?

242

Valdei Araujo: E quem era o estado da arte dessa discussão de Primeiro Reinado nesse momento?

Lucia Guimarães: Nesse momento, basicamente, os textos da *História Geral da Civilização Brasileira* e da coletânea *1822: Dimensões*. O capítulo sobre o período regencial da HGCB escrito por *Paulo Pereira de Castro* é muito importante até hoje. O mesmo acontece com os que foram preparados por *Francisco Iglésias* e pelo próprio *Sérgio Buarque de Hollanda*, que escreveu um dos melhores textos sobre a falta de unidade das províncias, articulando-a ao movimento da Independência, *A Herança Colonial*. Nós só conseguimos entender a mão de ferro centralizadora do Segundo Reinado a partir da *Herança Colonial* de Sérgio Buarque.

Valdei Araujo: A desagregação como um legado essa é a ideia do Sérgio.

Lucia Guimarães: Pensando bem, eu acho que a colonização portuguesa, o seu legado é desagregador, sim. Porque aí você tem que entender os diferentes brasis. É certo que há um legado do período joanino, que de algum modo contribuiu para aglutinar as províncias do Centro-Sul, mas não foi isso que *aconteceu*

no Norte. Lá ocorreu uma coisa que a historiografia ainda precisa explicar melhor. Ou seja, que a independência não foi concomitante nos antigos territórios portugueses da América. Foram datas diferentes, ritmos diferentes, circunstâncias históricas diferentes. Eu acho que compreender isso é fundamental. E aí vou entrar no Instituto Histórico. Em 1922, no centenário da proclamação, o Instituto realizou um Ciclo de conferências denominado *As Independências*. A independência na Bahia só se deu em 1823, no Pará, em 1825.

Valdei Araujo: Existe uma tradição brasileira de escrever história política?

Lucia Guimarães: Sim. Não tenha dúvida. Essa tradição vem do tempo do *Varnhagen*. E teve continuidade através de um *Nabuco*, de um *Oliveira Lima*, do próprio *Pedro Calmon*, antes tão desdenhado e hoje historiador bem avaliado, de *Otávio Tarquínio*, de *Tobias Monteiro*. E aí nós aprendemos o seguinte: quando uma escola historiográfica surge e pretende se afirmar como tal, é óbvio que ela irá desqualificar a anterior. É isso que ela faz, ela identifica lacunas, aponta para aquilo que está pouco explorado, tal como fez *Capistrano de Abreu* em sua crítica a *Varnhagen*. Será que *Capistrano* é tão diferente do *Varnhagen*? Não. Ele foi buscar as brechas deixadas pelo Visconde, e ali se inseriu. Mais ou menos assim: *Se ele veio pelo litoral eu vou pelo interior*.

243

Valdei Araujo: Isso também ajudaria a explicar certas opções disciplinares, sendo natural que a história política e o Estado apareçam em primeiro plano nesse “caminho do litoral”; e no outro, que busca o interior, será mais relevante as dimensões da história social e da vida material.

Lucia Guimarães: Não tenha dúvida, via de regra o historiador examina a produção existente, identifica as falhas e pensa: é aqui que eu me encaixo. O grande problema, eu acho, é que levamos ao pé da letra as recomendações dos *annalistes* quando nem eles mesmos faziam isso. Eu me lembro que você era meu aluno, quando mostrei em sala a edição de cem anos do conhecido manual do Langlois e Seignobos, com prefácio de *Madeleine Rebérioux*, da segunda geração de *Annales*, fazendo *mea culpa* e reconhecendo que em matéria de metodologia tratava-se de obra intemporal. No Brasil, deixou-se de lado a História Política, que passou a ser considerada como sinônimo de *petite histoire*. Só que existem fenômenos que não se explicam sem uma incursão na *petite histoire*. Você tem de ir no “miudinho” para explicar como se processavam as negociações, as alianças políticas, as fraturas, as fusões. E isso só vem à tona no “miudinho”. Porque em abordagem estrutural isso não vai aparecer.

Valdei Araujo: E por que o século XIX?

Lucia Guimarães: Porque o século XIX é fascinante. É um século de aceleração do tempo: os contextos mudam, as ideias se multiplicam, novas

invenções aparecem.

Valdei Araujo: Seria muito difícil adotar as análises estruturais dos *Annales* para o século XIX? Ao mesmo tempo, no Brasil, é um dos séculos fundamentais da nossa história, em que nascemos ou fomos inventados como Nação.

Lucia Guimarães: Não tenha dúvida. Basta dizer, que as grandes figuras do movimento de *Annales* estudaram, sobretudo, o período medieval. Quando muito, chegaram à idade moderna, tal como o próprio *Braudel*, em *O Mediterrâneo e a época de Felipe II*. Por outro lado, a ideia de que o estudo do Estado era um território interditado ao historiador teve um efeito perverso. Porque se deixou de estudar temas relevantes, como é o caso da atuação da Sociedade Defensora. Que associação era essa, que chegou a ser considerada pelos seus críticos como um Estado dentro do Estado? Quais foram os seus associados, que postulados ideológicos adotou? E quais as suas práticas políticas? Mas não fui eu apenas que enveredei pela história política, não. Meu colega de mestrado, o *Wlamir Silva*, também se aventurou por esse campo, e uma série de outros colegas que já se debruçavam sobre história política na década de 1980. Não sei se conscientemente vislumbrávamos a renovação do campo, porém já tateávamos as suas relações com o social, com o cultural. No meu trabalho sobre a Sociedade Defensora destaquei a dimensão política alcançada por suas festas. De qualquer modo, quando fui para o Doutorado na USP percebi que lá a história política nunca deixou de ser estudada, em que pese a influência de *Annales* e da reverência prestada a *Braudel* – que foi professor na USP, nos anos 1930. Talvez por causa da influência do *Sérgio Buarque de Holanda*. Não se pode esquecer que *Sérgio* dirigiu a coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, em um momento em que historiografia se guiava por tendências econômicas de viés marxista, ou então pelo modelo estruturalista.

244

Valdei Araujo: Talvez tenha sido o último momento em que tivemos um projeto editorial que juntou a ponta da historiografia, mas produziu uma obra de apelo amplo. Não é uma obra para um público especializado apenas. Está na estante de advogados, de médicos...

Lucia Guimarães: Nesse ponto o *Sérgio* foi muito inteligente. Ele reuniu especialistas de áreas diversas. Mas não tomou a economia como eixo da coleção; o eixo era político. Isto me faz lembrar de outra coisa, de um texto dele que gosto muito, em que examina a proclamação da República, *A Fronda Pretoriana*. É um texto cujo título tem um enorme apelo. Em última análise os proclamadores da República formavam a guarda pretoriana do Imperador. Então, o *Sérgio* teve uma perspicácia muito grande. Uma picardia, mesmo.

Valdei Araujo: Esse ano completou oitenta anos de formação dos *Annales*. Qual o legado dos *Annales* na sua trajetória?

Lucia Guimarães: Eu acho que a herança dos Annales é importantíssima. O movimento nos legou a noção de totalidade, a ideia de temporalidades múltiplas e nos ensinou a pensar de maneira interdisciplinar. O que de certo modo explica a própria recuperação dos estudos de história política. Mas tem que ser a história política renovada. Você tem que articular, até porque eu gosto muito de fazer a contraprova, se você não tem o político você não tem a totalidade. É um lado da análise que é importante. O legado deles eu considero fantástico, só acho que não podemos nos apoiar apenas nesta escola historiográfica. A escola anglo-saxã sempre foi extremamente representativa, embora não chegasse aqui, a não ser no caso do Hobsbawm devido à relação com o marxismo e com a esquerda. O Thompson também é importantíssimo e o eu considero melhor ainda que o Hobsbawm, quando do uso da noção de totalidade.

Valdei Araujo: Agora eu queria que você falasse um pouco sobre a sua formação de pesquisadora.

Lucia Guimarães: Minha formação de pesquisadora começou para valer no mestrado, exceto aquele rápido ensaio com o projeto de *Maria Yeda Linhares* e *Bárbara Levy*. Hoje as gerações mais novas podem se inserir na pesquisa na graduação, por meio de bolsas de iniciação científica. No tempo em que eu fiz graduação isso não existia. O mestrado oferecia bolsas da CAPES. A minha experiência de pesquisa mesmo, exceto aquele breve ensaio de ir ao arquivo, só começaria no mestrado. Obvio que eu sendo aluna de metodologia e de teoria da *Célia*, tinha uma vantagem, pois as minhas dúvidas eu tirava com ela. Tive uma formação muito boa nos cursos de paleografia com Professor *Hasselman*, um erudito, muito famoso na UFRJ, foi um grande paleógrafo, uma referência, acho que pertencia ao Arquivo Nacional ou à Biblioteca Nacional. O certo é que por causa da Sociedade Defensora precisei fazer um estudo de fontes diversificado. Não me restringi aos documentos da Sociedade, ou ao seu próprio periódico "O homem e a América". Eu tive que investigar os Anais da Câmara e a "Aurora Fluminense" - jornal publicado por *Evaristo da Veiga*, que era o secretário perpétuo e principal mentor da Defensora. Eu acho que minha experiência começou a se enriquecer a partir daí.

Valdei Araujo: E qual foi a sua conclusão estudando a Sociedade Defensora que ainda te persegue até hoje? Ou seja, o que te inquietava ali que ainda te inquieta?

Lucia Guimarães: Algumas coisas eu já consegui explicar, mas o que ainda me inquieta é porque a República não foi proclamada em 1831. Foi o problema que a *Célia* me deu para discutir. Até porque você tem um conjunto de personalidades que atuaram na Sociedade Defensora, de 1831 a 1836, que são os mesmos que vão estar na fundação do IHGB. Então uma coisa me levou a outra. A própria dinâmica da Sociedade Defensora levava com que ela se imiscuisse

em alguns serviços próprios do Estado. Ela agiu na educação. Fez, inclusive, um concurso de monografia sobre o tema “como não se ter mais trabalho escravo”.

Acho que o chamado Regresso constitui uma figura de retórica. O regresso é 1831, quando as circunstâncias históricas apontavam para a mudança do regime, e a República não veio. O que segurou isso afinal? É uma questão muito interessante. *Borges da Fonseca*, que era tido como um grande republicano liberal, foi um dos fundadores da Defensora, sugere o regime político de Monarquia Federativa, ou uma federação monárquica. Ou seja, não vejo tanto naqueles homens o ideal republicano, mas vejo sim aquela herança que o *Sérgio Buarque de Holanda* nos mostra, que depois a *Miriam Dolnikoff* foi estudar.

Temos que pensar em alguns fatores: 1) Essas pessoas tiveram uma socialização semelhante, conforme a tese de *José Murilo de Carvalho*. Mas acho que além dessa socialização, temos que considerar que elas vivenciaram experiências semelhantes e seus horizontes de expectativa não são muito diversos. E por qual motivo não o são? Aqui temos um ponto fundamental: o exemplo da América Espanhola. No momento em que esses indivíduos veem as coisas politicamente difíceis, que eles percebem que a brecha aberta pela abdicação poderia levar a uma ruptura com o regime, eles dizem “Não, nós não podemos nos fragmentar”. E aí o curioso é que de Norte a Sul todos eles dizem isso, seja o parlamento conservador ou liberal. Essa concepção de unidade é muito interessante...

246

Valdei Araujo: Falávamos do Sérgio Buarque de Holanda e do legado desagregador. Esse não seria um legado agregador, principalmente no que se refere à administração?

Lucia Guimarães: A administração colonial portuguesa é muito eficaz nesse ponto.

Valdei Araujo: De maneira geral essa elite que nos identificamos não é uma elite reformista no sentido lusitano que associamos ao Marquês de Pombal? Talvez não esteja aí essa unidade ideológica?

Lucia Guimarães: Sim, ela é formada nesse contexto, mas não só. Muitos foram formados também na França e na Alemanha, como é o caso do *Borges da Fonseca*. Na França há a ideia de restauração e na Alemanha unificação, talvez por isso a tal federação monárquica que Borges da Fonseca defendia.

Valdei Araujo: Agora você poderia nos falar mais um pouco do IHGB.

Lucia Guimarães: Os fundadores do IHGB, em 1838, eram indivíduos que estavam em pontos-chaves do Estado. Creio que no seu entender, havia chegado o momento de dotar o Império de um passado. Uma das formas de

se conseguir unidade e coerência, além da língua, é criando um passado comum. É isso que eles fazem.

Valdei Araujo: Então, para você foi bastante natural sair da Sociedade Defensora em direção ao IHGB, praticamente acompanhando a trajetória dessas pessoas.

Lucia Guimarães: As pessoas eram praticamente as mesmas, com exceção do *Evaristo*, que morreu. Estavam presentes no IHGB *Januário da Cunha Barbosa*, *José Clemente Pereira*, *Cunha Matos*, entre outros. Uma vez me perguntaram: mas não haveria uma alternativa? Eu respondi: pense em um órgão que funcionava dentro do Paço, protegido pelo Imperador, que afinal de contas era um garoto, e dirigido por indivíduos que o conheciam desde que ele nasceu como era o caso do *Januário*, do *Marquês de Sapucaí* e outros. É razoável acreditar que dali iria sair algo de diferente? Cabe-nos pensar como é que esses indivíduos cortaram e recortaram esse mosaico até lhe dar uma forma, cuja melhor expressão é a obra de *Varnhagen*.

Valdei Araujo: De alguma maneira você está fazendo a história de indivíduos?

247

Lucia Guimarães: Não, na verdade trata-se muito mais da história das instituições. A Sociedade Defensora, diga-se de passagem, embora de natureza conservadora, o seu *modus operandi* inspirava-se na atuação do Clube dos Jacobinos, inclusive a ideia de estabelecer filiais em outras cidades do Império. Se não me engano, quem apontou essa semelhança foi *Holanda Cavalcanti*. Eles costumavam atuar como um grupo de pressão. Encaminhavam representações à Câmara, assinavam petições e na época das eleições acionavam as filiais do interior para assegurar a vitória dos seus candidatos, a exemplo do que fazia a entidade francesa durante a Revolução. Foram as filiais do interior, conduzidas por *Evaristo da Veiga*, que garantiram a eleição do *Padre Feijó*.

Valdei Araujo: Queria que você falasse um pouco mais do seu estilo de fazer história da historiografia enquanto uma história institucional.

Lucia Guimarães: Eu acho que você compreende melhor a história da historiografia se perguntando onde e como se processou a operação historiográfica. Pensando conforme *Michel de Certeau*, o historiador tem escolhas – ele seleciona as fontes, escolhe os recortes, constrói as problemáticas que quer demonstrar. Ou seja, ele tem uma orientação teórico-metodológica, mas escreve de um determinado lugar. Talvez tenhamos embarcado um pouco demais na ideia francesa da autonomia do intelectual: essa autonomia é relativa. Podemos comprovar isso quando vemos a trajetória de um *Braudel*, ou mesmo de *Febvre*. Este último, enquanto não foi para Paris, enquanto não se instalou

na Sorbonne, não alcançou grande repercussão. Depois da Segunda Guerra, enquanto ele não funda a Escola de Altos Estudos as coisas também não fluem.

Valdei Araujo: Mas não há também um fator político atuando? Afinal de contas, a maior parte desses lugares são construídos por esses intelectuais. No caso do IHGB, você demonstra bem, há uma tradição de sociedade para intervir na Política e uma concepção de história que é anterior ao próprio instituto, ou seja, não se cria o IHGB e depois se concebe uma história.

Lucia Guimarães: *Januário da Cunha Barbosa*, naquele texto que dizem que é a primeira lição de metodologia da história do Brasil, deixa isso muito claro. Dá para ter clareza de uma coisa: o projeto era um Império retrospectivamente projetado no passado. Agora, como fazer isso era muito complicado. *Januário* achava que as coisas deveriam ser feitas de forma centralizada, já o *Visconde de São Leopoldo* — assim como *Cunha Matos* — propunha algo parecido com o projeto das academias do século XVIII, na medida em que achava que deveria ser feito primeiro as histórias provinciais. O que podemos notar é uma tensão, visto que as visões que se tinha da história não eram únicas. Isso é perceptível nas atas, onde notamos que a discussão era patente, embora o que era publicado na revista transmitisse a falsa ideia de consenso.

248

Valdei Araujo: Podíamos falar um pouco mais sobre sua tese. Nela você analisa o IHGB, continua fazendo uma história da historiografia que é também uma história política...

Lucia Guimarães: Eu não entendo uma história da historiografia dissociada dos contextos em que ela foi produzida. Veja-se Koselleck, por exemplo, quando ele fala de *espaço de experiência e horizonte de expectativa* não podemos deixar de ter em mente que ele o faz de uma Alemanha que se encontra em uma posição intermediária. Então eu acho que a gente deve considerar a situação de onde essa reflexão surgiu e como influencia a produção historiográfica.

Valdei Araujo: Quais os modelos que você tinha para escrever sua tese de doutorado? Se considerarmos o *José Honório Rodrigues*, o modelo dele, apesar de tudo, propõe uma história da historiografia independente da história da literatura. Ele estava se referindo ao fato de que em geral os textos de história eram avaliados dentro de livros como os de *José Veríssimo* e *Sílvio Romero*. Portanto, os critérios estéticos vinham a frente dos critérios historiográficos. Apesar de representar um avanço, ele não produziu esses critérios para orientar a história que fazia, pois creio ainda se tratar de uma história de nomes e livros. A sua geração, que inclui o Manuel Salgado, Afonso Carlos Marques dos Santos, dentre outros, começou a mudar isso. Como foram produzidos esses modelos?

Lucia Guimarães: Os modelos aparecem no momento em que você contextualiza e começa a desenvolver o seu problema.

Valdei Araujo: Seria a emergência de uma consciência historiográfica? Por que no caso do José Honório a preocupação era de saber se a disciplina histórica estava evoluindo...

Lucia Guimarães: Não sei. Se pensarmos na historiografia brasileira talvez pudéssemos afirmar que *Varnhagen* tinha uma consciência historiográfica fantástica; *Capistrano* também. Mas essa consciência reflete um tempo: o deles. No nosso caso, o que acontece é que começamos a aprender que, primeiro: a historiografia não tinha que ser pensada em separado da literatura; segundo: nós aprendemos que só a escrita pela escrita não abarcava todo o problema. Vou te apresentar um problema fantástico: como explicar a censura que a História Geral do Brasil, de *Vanhagen*, recebeu dentro do próprio IHGB? Podemos explicar isso por dois caminhos. O da sua opção por um romantismo à moda luso-brasileira, distinto, portanto, do romantismo de viés indianista. Neste sentido, dá para observar como as duas facções disputavam a primazia no Instituto. Sem mostrar essas tensões, ou distinguir que nem sempre se tratavam de disputas meramente intelectuais, fica difícil explicar...

249

Valdei Araujo: Você acha que sem entender a historiografia do século XIX é possível entender o século XIX?

Lucia Guimarães: Não, porque você começa a ter uma série de visões deturpadas. É a historiografia que confere sentido ao século XIX. E é ela também que mostra de que maneira esse sentido foi superado. O grande problema é que a história é um campo do conhecimento passível de superação e essa superação é mais rápida do que podemos pensar.

Valdei Araujo: Eu vejo isso na diferença entre a sua geração e a do José Honório. Para vocês a ideia de Nação é mais problemática. Nem a história da historiografia que o José Honório fazia ou a que o Carlos Guilherme Mota ensaiou tinham na Nação seu foco central.

Lucia Guimarães: O grande problema é esse. Essa é uma questão do século XIX que nós nos apropriamos. Neste sentido, eu faço a seguinte pergunta: o que é a Nação no Brasil? Se pensarmos corretamente, como você exige de uma antiga colônia que de uma hora para outra se transforme em uma Nação aos moldes de uma Prússia, por exemplo? O nosso caso eu acho que é mais complicado, e o estudo do Instituto Histórico me mostrou que eu estava correta. Se a América portuguesa, originalmente, era aquela demarcada pelo Tratado de Tordesilhas, desse ponto para o Sul, para o norte, e para o oeste, foi tudo conquistado. Então nos indagamos: que Nação é essa? Começamos a pensar

que a cada cem anos a linha de Tordesilhas avançava, então como é que podemos ter uma ideia de Nação diante desse fenômeno que eu acabo de descrever, que se reveste de características muito peculiares. Territórios de características geográficas e climáticas diversas; populações heterogêneas; épocas de conquistas diferentes que implicam várias cronologias.

Valdei Araujo: O que você está dizendo é que essa história nacional é inventada. Mas qual é a natureza dessa invenção? Ela acaba sendo também um dos vetores da estabilidade desse Estado?

Lucia Guimarães: Sem dúvida. E o responsável por tal invenção foi o Instituto Histórico. Temos um Estado onde se fala português e que de certa maneira se percebe como herdeiro do Império ultramarino português. Por outro lado, também não se pode esquecer que quando D. João VI regressa, e aí há uma contradição, ele deixa um Estado mais ou menos organizado, o que não acontece com os nossos vizinhos, cujo processo de consolidação do Estado só completaria bem mais tarde.

Valdei Araujo: O próprio IHGB só é possível porque existe esse Estado...

Lucia Guimarães: Não tenho dúvida disso. Se isso é uma construção? É. E alias, todo o resto é construído...

250

Valdei Araujo: Parte da historiografia tomou essa invenção no sentido apenas negativo, sendo então entendida a produção intelectual a ela associada como mera ideologia, o historiador tinha então que buscar coisas mais profundas, que efetivamente explicassem...

Lucia Guimarães: Pois é. Mas que coisas profundas são essas? Só conseguimos entender essas "invenções" com dois elementos que se cruzam. Um é de natureza epistemológica e o outro são as próprias circunstâncias históricas, com as quais o historiador tem de dialogar. É nesse cruzamento que as coisas vão acontecer. É aí que você vai imaginar: que Nação é essa? Que Estado é esse?

Valdei Araujo: Voltando a sua tese, a hipótese central é que o IHGB produz uma memória e não propriamente uma história.

Lucia Guimarães: De fato. Ele não produz uma história. Ele produz uma memória, cujas premissas estão desenvolvidas na obra do Varnhagen, embora censurada pelo próprio IHGB. *Era uma história-memória*. O que faziam os fundadores do IHGB? Estavam organizando os materiais, estavam dando as orientações. Eu tenho uma aluna que está terminando uma dissertação muito interessante sobre aquilo que eles chamavam de *programas históricos*. Que na

verdade não são bem programas históricos como nós hoje concebemos, porque se tratavam de temas para estudo que revelam preocupações contemporâneas. Como é que se resolve o problema do Índio? Chamando os Jesuítas para fazer outra catequese. Da mesma maneira que eles apresentam questões de ordem epistemológica, ligadas à institucionalização da disciplina, há uma retórica que reflete problemas sociais e políticos do momento. Os membros do IHGB estavam no Rio de Janeiro e precisavam de materiais que os permitissem a conhecer a antiga capitania do Rio Negro...

Valdei Araujo: Mas eu volto em uma questão. Todos esses problemas de alguma maneira já estavam pautados por aquela elite reformista – como o conhecimento do território e a própria ideia de programa mais pragmático – assim como estão também na Academia de Ciências de Lisboa.

Lucia Guimarães: Nem todos...

Valdei Araujo: Eu gostaria que você falasse sobre as diferenças.

Lucia Guimarães: Eu acho que temos uma diferença básica: primeiro, a Academia possuía objetivos diversos. Quando ela faz aquele programa de investigação ela está buscando subsídios para manter o Império colonial. Aqui, nos estamos buscando subsídios para, de alguma forma, homogeneizar o que já se conhece.

Valdei Araujo: Ou seja, a ideia de Nação tem um lugar diferente nos dois programas...

Lucia Guimarães: Sim, os intuitos são diferentes. A Academia estava buscando resolver problemas da Nação Portuguesa, incluindo o seu Império ultramarino. Isso porque o Reino que se encontrava aquém dos progressos alcançados pelo império colonial inglês e mesmo o francês. Agora no caso do IHGB a situação era diferente. Era uma Nação que tínhamos que construir. Para isso, tinham que dotá-la de um passado comum; criar na população o sentimento de pertencimento.

Valdei Araujo: Então poderíamos dizer que com a Independência os projetos nacionais de Brasil e Portugal começam a divergir, o que explicaria, em parte, essa diferença da historiografia brasileira da portuguesa no pós-independência? Por exemplo, nós não temos um historiador como *Alexandre Herculano*, no qual uma agenda liberal de luta contra permanências religiosas na historiografia foi uma espécie de programa.

Lucia Guimarães: Os projetos e as ideias são diferentes, embora tivessem muita influência sobre Varnhagem e outros mais. Mas, repare, aqui nós estamos

criando praticamente do zero. Lá não...

Valdei Araujo: Seria um acerto de contas com o passado...

Lucia Guimarães: Naquele texto que eu escrevi sobre a historiografia e d. João VI, cuja primeira versão foi publicada pela a revista da Academia Brasileira de Letras, eu mostro como em Portugal houve um acerto de contas com a história. Não se esqueça de uma coisa importantíssima: 1822 é o início do fim; é o início da derrocada do Império Colonial Português.

Valdei Araujo: O Herculano vai escrever a história de Portugal, mas vai escrever também a história da Inquisição...

Lucia Guimarães: Mas porque que ele vai escrever a história da Inquisição? Qual é a dinastia mais arrasada pela Inquisição? É a dos Bragança. d. Maria que era supersticiosa; O d. João que considerado carola. Isso é uma coisa complicadíssima. Ninguém nunca entendeu porque a historiografia brasileira reverencia tanto o d. João e a portuguesa não. Por que o filme de Carla Camurati causou tanta repulsa aos historiadores? Porque o d. João para nós é o d. João do Oliveira Lima. Enquanto que para os portugueses, ele é o d. João de Oliveira Martins, que perdeu a mais preciosa jóia da Coroa dos Bragança.

252

Valdei Araujo: E o da Carla é o d. João português...

Lucia Guimarães: Exatamente. É o d. João português. Foi Oliveira Martins que desenhou a figura caricata de d. João indeciso, pouco asseado e com os frangos nos bolsos. Então foram os próprios portugueses os responsáveis por esta interpretação. Mas, por quê? Porque a vinda para o Brasil, seguida da independência marca o início da decadência.

Valdei Araujo: Não sei se você percebe também uma mudança grande, e eu acho que seu trabalho fez parte disso, na própria avaliação da história do Brasil. Os trabalhos sobre Independência, por exemplo, mesmo de José Honório e alguns marxistas, sempre a trataram como um falso evento, que não transformou nada, que não foi uma revolução...

Lucia Guimarães: Porque para eles o modelo é o da ruptura. O modelo é o da América Hispânica. E há uma historiografia por lá que ajuda a consolidar isso. Só que ultimamente na própria América hispânica vêm acontecendo coisas fantásticas. Eu me lembro que alguns anos atrás, uns quatro ou cinco anos, num congresso de americanistas, houve uma briga entre duas venezuelanas. Uma dizia que Bolívar queria ser imperador e mostrava cartas assinadas pelo general para todo mundo. A outra dizia que não. Ai conversando com a *Francisca*

Azevedo ela me confirmou a intenção de *Bolívar*, e disse que não precisava ir muito longe, bastava reler as atas do Congresso de Tucumã e ver que *Manuel Belgrano* propôs estabelecer um império: no trono seria colocado o herdeiro de um Inca, casado com uma princesa brasileira. Isso está escrito. A historiografia faz escolhas. Escolheu-se falar do Congresso Tucumã, mas guarda-se silêncio a respeito da proposta de *Belgrano*. Aliás, foi contra essa opção que a Grã-Bretanha e a França se puseram.

Valdei Araujo: Queria aprofundar a relação com IHGB. Depois da tese de doutorado você escreveu também sua tese de titularidade sobre o IHGB na República.

Lucia Guimarães: É um dos trabalhos que eu mais gosto.

Valdei Araujo: Então nos fale um pouco dele...

Lucia Guimarães: Essa tese foi escrita na contra-mão da cronologia proposta por *Francisco Iglésias*. Eu peço licença ao falecido Professor *Iglesias* para discordar dele. Criou-se toda uma historiografia achando que o marco temporal da profissionalização dos historiadores seria no final da década de trinta, aliás 34-35, com a criação das Faculdades de Filosofia. Só que não é. As faculdades formavam professores de ensino médio, não formavam historiadores. Quando acabei o meu doutorado, me candidatei a uma bolsa de produtividade do CNPq, não ganhei da primeira vez, nem da segunda, mas da terceira eu ganhei. O projeto apresentado pretendia dar continuidade ao doutorado, com uma pesquisa sobre a atuação do Instituto Histórico depois da queda da Monarquia, quando perdeu o mecenato de d. Pedro II. Isso é um problema. Eu comecei a investigar e percebi que o Instituto quase foi fechado, eles retiraram as verbas. Porém, o Instituto ofereceu resistência: criou a classe dos Sócios Beneméritos, que passariam a financiá-lo. Há uma crítica contundente aos Beneméritos feita pelo *Visconde de Taunay* naquele livro, o *Encilhamento*, quando ele os censurava porque iam para o Instituto, vestiam o fardão literário e se "achavam". O IHGB deixa a insolvência e, ao mesmo tempo, passa por um momento de renovação. Paralelo a isso, no mundo político, encerra-se o ciclo da República da Espada e as oligarquias voltam ao poder. Eu comecei a perceber que, ao contrário do que se apregoava, o Instituto não era só um espaço de reconhecimento. Até porque lá se realizaram os primeiros congressos de história nacional. Então, no IHGB é que se discutiam as novidades, se propunham os temas. Com a continuação da pesquisa eu verifiquei, inclusive, que o Instituto teve um segundo grande mecenas, Getúlio Vargas, no primeiro e no segundo governo. As primeiras teses produzidas no ambiente universitário datam de meados dos anos quarenta: nomeadamente os trabalhos do Professor *Eduardo França*, de *Alícia Canabrava* e de *Olga Pantaleão*. Mas, aí vem minha pergunta, em qual espaço esses especialistas foram buscar o reconhecimento das suas

respectivas teses? No IV Congresso de História Nacional, promovido pelo Instituto Histórico, em 1949. Afinal de contas, quando é que começa essa importância do pessoal formado pelas universidades? Creio que na virada da década de 1960.

Valdei Araujo: E como é que você entende o fato de um Instituto Histórico, certamente um dos mais antigos do mundo, com uma vida institucional estável, regular, ter sobrevivido a uma série de transformações políticas.

Lucia Guimarães: Olha, talvez essa tenha sido a grande lição que o IHGB tomou com o fim da Monarquia. Apesar de sempre ter sido um órgão particular, defrutava das benesses do Imperador. Não só o Instituto Histórico, também o Instituto dos advogados, a Academia Imperial de Medicina e outras instituições culturais. Mas o que se aprendeu quando o governo republicano cortou verbas, quando entraram em cena os Beneméritos que mal assinavam o nome, conforme as palavras do Visconde de *Taunay*, mas enfim, o IHGB se deu conta de que não deveria permanecer à sombra de um Estado. É obvio que a revista ainda é editada pelo governo, na gráfica do Senado Federal. O Instituto tem renda garantida, pois é proprietário daquele prédio onde está instalado.

Valdei Araujo: Você conseguiria recuperar os nomes dos grandes diretores do instituto para você, aqueles que conseguiram manter o espírito da casa...

254

Lucia Guimarães: Eu acho que, primeiro, no tempo do Império não poderíamos dizer que eram os diretores, pois a grande figura ali era o Imperador. *Antonio Candido* tem uma frase que eu acho ótima no livro *Momentos Decisivos*, ele diz o seguinte: Essa geração de intelectuais do Império tinha um olho na arena literária e o outro no Imperador. Então eu acho que a figura chave aí é o Imperador. Na República eu acho que é aquilo que chamei de Trindade do Silogeu, formada por *Max Fleiuss*, *Afonso Celso* e *Ramiz Galvão*.

Valdei Araujo: Você tem uma relação de parentesco com o Max Fleiuss?

Lucia Guimarães: Sou bisneta dele. Eu sempre admirei muito o Fleiuss. Desde menina gostava de ler seus livros que pertenciam à minha avó, que era filha dele. Mas ninguém da família estudava história. Estavam lá os livros na estante, eu olhava aquilo. Mais tarde, depois de formada, eu me debrucei sobre a sua obra vi como ele era interessante. Um sujeito que estuda teatro no Brasil, em 1910, discute o descobrimento, e se preocupa em registrar a participação de D. Leopoldina no processo da independência. O lado mais tradicional da sua obra, por assim dizer, ficou por conta da *História administrativa do Brasil*, que reflete a orientação de *Langlois* e *Seignobos*. Mas ele gostava de certos objetos inusitados. E tinha algumas metodologias, por exemplo, ele tem um texto maravilhoso sobre a coroação de *D. Pedro I*. Você sabe qual foi a fonte

que ele usou? Só jornais de época, fazer isso em 1908-1909 tinha que ter uma cabeça diferente. E ele era secretário perpétuo do IHGB, mas isso eu só tomei conhecimento muitos anos depois. Aliás, eu só tomei conhecimento quando eu fui estudar o IHGB no século XX. Aí sim comecei a perceber como o relacionamento dele com o *Ramiz Galvão* e o *Conde Afonso Celso* era uma coisa afinada. O *Fleiss* é um historiador que eu passei a admirar depois que eu o estudei mais a fundo. Sua correspondência revela uma figura bastante respeitada e funcionava como uma espécie de ponto de interseção entre diversas redes de intelectuais. As cartas que trocou com *Afonso de Taunay*, de quem era muito amigo, mostra como é que essas redes intelectuais se formavam, como se trocavam os favores, as edições, os empregos, isso tudo aparece. Era uma figura interessante do meio intelectual do Rio de Janeiro.

Valdei Araujo: Quando consideramos o tipo de vida intelectual, de produção historiográfica que o Instituto permitiu durante boa parte da República, e que hoje nós conhecemos cada vez mais, e que é uma história de muita qualidade, muito complexa, e não apenas aquela estereotipada “história tradicional”, enfim, durante muito tempo apontamos apenas para o lado negativo, a ausência de universidade, de carreira, de autonomia ou profissionalização. O que você apontaria como vantagem nesse modelo e que hoje ainda poderia ter validade?

255

Lucia Guimarães: Às vezes chego a ter inveja da erudição daqueles sujeitos. Mas falando do presente, eu creio que o Instituto Histórico reconhece a pluralidade de vocações e de modelos de institucionalização dos estudos históricos. Outro dia mesmo, estava sendo marcada a posse do antropólogo *Roberto Da Matta*. Há historiadores que vieram da Universidade, diplomatas como *Alberto da Costa e Silva*, arquitetos como *Dora Alcântara*, voltada para as questões do patrimônio. Eu acho que essa pluralidade no IHGB mostra que a historiografia universitária não esgota o campo, nem as formas de se escrever história. De mais a mais, se o Instituto recebia as benesses da Coroa, hoje nós acadêmicos recebemos verbas do CNPq. O Estado mudou, mas nossa relação ainda é com ele. Por isso considero a autonomia acadêmica como algo sempre relativo. Nos anos em que o Cnpq fecha o cofre, o número de livros de história diminui. Podemos fazer essa comparação com o IHGB do período imperial

Valdei Araujo: como você vê sua atuação dentro do IHGB hoje?

Lucia Guimarães - Desde 2005 que sou sócia, recentemente passei para o quadro dos titulares. Tenho procurado contribuir, organizando, junto com a *Maria de Lourdes Viana Lyra*, as sessões das CEPHAS – Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas – onde especialistas têm se apresentado e discutido os resultados de suas investigações. O IHGB hoje está vivendo um momento ímpar, que em parte deve ser creditado ao seu atual presidente, o Professor *Arno*

Wehling.³ Esse momento começou na presidência de *Américo Jacobina Lacombe*⁴ e passou por *Vicente Tapajós*. Como podemos avaliá-lo? Primeiro, pela afluência de pesquisadores às reuniões da CEPHAS, seja de antigos sócios seja de recém doutores, como na semana passada quando *Marilda Ciribelli*, que foi minha professora na graduação, apresentou um trabalho interessantíssimo sobre o homem Machado de Assis. Ao lado de Marilda, apresentou-se um recém doutor. Com isso conseguimos mostrar um pouco da riqueza da historiografia, dos campos em que ela se divide, ou que tangencia. Por exemplo, ainda nesse mês de agosto recebemos uma pesquisadora, a *Alice Viveiros de Castro*, que é especializada em história do circo. Assim, o que procuramos é mostrar essa diversidade e pluralidade, colocando em contato diversas gerações de historiadores, com formações e atuações profissionais distintas, até mesmo aqueles que escrevem a história sem fazer da sua prática uma profissão.

Por outro lado, há certas tradições no Instituto que não devemos abandonar, a revista deve continuar publicando transcrições de documentos e estudos críticos. Acho isso importantíssimo. O IHGB é um espaço aberto ao pesquisador, onde você pode levar o seu notebook e contar com boa infraestrutura para trabalhar. A biblioteca está muito bem organizada, assim como a parte documental, novos acervos estão sendo arranjados e incorporados, cito aqui o trabalho desenvolvido pela professora *Regina Wanderley*.

256

Valdei Araujo: Existe algum projeto de digitalização desses acervos?

Lucia Guimarães - Sim. Alguns acervos já estão digitalizados, com verba federal.

Valdei Araujo - Brasil afora os pesquisadores sempre se queixam da lentidão com que esses acervos são disponibilizados

Lucia Guimarães - Eu já perguntei a professora *Esther Bertoletti*, que é inclusive minha colega no IHGB, porque o material do projeto Resgate não é multiplicado. Parece que há alguma limitação com relação a direitos. Eu realmente ainda não sei porque esse material que foi digitalizado não foi ainda colocado amplamente à disposição dos pesquisadores e do público em geral.

Valdei Araujo - Para finalizar, gostaria que você falasse um pouco como avalia o futuro dos estudos em História da Historiografia? Quais são as novas fronteiras para a pesquisa?

³ Presidente do IHGB desde 1996.

⁴ Advogado, historiador e professor, nasceu no Rio de Janeiro em 1909. Professor de história em diversos colégios, participou do grupo que lançou as bases da PUC-Rio. Foi secretário do CNE entre 1931-1939, diretor da Casa Rui Barbosa entre 1930-1967 e presidente do IHGB entre 1985-1991. Faleceu em abril de 1993.

Lucia Guimarães - Minha avaliação hoje não é muito diferente da que fiz há mais de dez anos, quando se inaugurava o mestrado da UERJ. A História da Historiografia é a disciplina mais bela que existe, mas também a que demanda maior esforço por parte do pesquisador. Pois ele não precisa saber apenas os protocolos de sua própria disciplina, ele tem que articular esses protocolos a contextos sociais, econômicos e políticos; a trajetórias pessoais e círculos de sociabilidades, a instituições e tradições intelectuais, enfim, é uma disciplina que tem um forte componente - lembro agora de *Braudel* - de totalidade. É uma disciplina que se caracteriza pela complexidade e totalidade. Nossos materiais de pesquisa não são apenas os livros, nossa fonte primária por excelência, mas uma crescente variedade de documentos. Eu tenho trabalhado muito com cartas de intelectuais, aliás, estou cansada de dizer que o melhor de *Capistrano* não está nos Capítulos, está nas cartas que ele redigiu. Tenho trabalhado também com materiais diversos que esses homens escreviam nos jornais, editoriais, resenhas, matérias, estudos históricos. A abertura do leque de opções documentais permite escrever uma história da historiografia mais estruturada. Com isso a disciplina só tem a ganhar, ampliando seus horizontes.

Na medida que a disciplina foi se firmando em nosso contexto, os pesquisadores despertaram para a importância de seus procedimentos. Quando falamos em estado da arte, eu me pergunto pela revisão historiográfica. Se partimos do pressuposto de que o conhecimento histórico é parcial, em constante transformação e passível de superação, no momento em que escrevemos, mesmo que estejamos apoiados em procedimentos teórico-metodológicos e em uma base documental sólida, para podermos fazer esse cruzamento será necessário uma revisão de literatura que absorva os procedimentos de uma história da historiografia.

Aqui na UERJ, nos cursos de pós-graduação, eu sempre peço aos meus alunos que o trabalho final da disciplina seja uma revisão historiográfica de seu tema. Isso evita que eles venham inventar a roda. Aliás, aprecio muito o esforço que você vem fazendo para esquadrihar a obra do visconde de Cairu, mas eu tenho certeza que o seu estudo começou com uma revisão historiográfica. Quem examinou a contribuição histórica do visconde de Cairu, mesmo que sob outras óticas? Além do estudo da Maria Odila, por exemplo, o que se avançou para o entendimento da obra de Robert Southey? Além disso, sempre é possível recuperar algo da fortuna crítica de uma obra.

É esse acúmulo em constante revisão que muda o conhecimento. Talvez, por isso, Clio seja acusada de musa volúvel e caprichosa. Veja a renovação porque passam atualmente os estudos de história política, com a abertura para outros campos de conhecimento. Autores antes malditos são agora retomados. A biografia, que por aqui foi meio abandonada, por influência francesa, já que o mesmo não aconteceu na tradição anglo-saxã - sabemos que o próprio E. P. Thompson foi autor de biografias. Conversando certa vez com *Laura de Mello e Souza*, ela me observou que sempre tivemos no Brasil uma boa tradição de pesquisa empírica, o *Taunay* em São Paulo, o próprio *Sérgio Buarque de Holanda*.

Também fiquei sabendo há pouco que, anualmente, professores como *Pedro Calmon* e *Américo Jacobina Lacombe* viajavam à Europa para se atualizar sobre abordagens historiográficas, mas não se deixavam seduzir pelo canto da musa, e mantiveram acesa a tradição erudita.

Valdei Araujo - Afora um enorme número de autores e historiadores que ainda não foram lidos a partir de uma ótica analítica mais rigorosa, falávamos há pouco, de uma personagem como o *Felix Pacheco*, *Tobias Monteiro*.

Lucia Guimarães - Assim que comecei a dar aula de historiografia brasileira na UERJ apareci um dia com o livro do Tobias Monteiro sobre a Independência. Os alunos quando viram formaram uma espécie de paredão. Tobias foi rejeitado, embora não se possa negar a importância de sua obra e a necessidade de estudá-la com profundidade.

Valdei Araujo - Otávio Tarquínio, cujas biografias eram vistas como uma espécie de história tradicional, acaba de receber um estudo muito interessante no doutorado de Márcia Gonçalves, que mostra um autor profundamente imbuído do debate internacional de sua época.

Lucia Guimarães - Hoje dispomos de um arsenal de metodologias e perspectivas teóricas que já permitem avançar no estudo desses autores. Por isso acho que a História da Historiografia vai ocupando um espaço cada vez mais importante no atelier dos historiadores, o que explica o incrível interesse pelo Seminário Nacional de História da Historiografia, que a cada ano tem atraído mais pesquisadores. Essas pessoas descobriram que não podem escrever história sem uma visada historiográfica; ao lado dos novos objetos, é preciso identificar as brechas deixadas por nossos antecessores, além de avaliar de que modo nos relacionamos com as nossas tradições historiográficas.

Valdei Araujo: Lucia, muito obrigado pelo seu tempo e pela gentileza de partilhar sua rica experiência conosco. Tenho a impressão que começamos com o pé direito essa série de entrevista que a História da Historiografia se propõem empreender.

*Rio de Janeiro, na sala da Direção do Departamento de História da UERJ,
em 08 de setembro de 2009.*